

# A ÁFRICA E A HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Akinbode Fasakin<sup>1</sup>

## Introdução

O apelo de Brian Schmidt (2013, 21) para uma pesquisa sobre a história e a historiografia do campo de Relações Internacionais (RI) traz à tona a necessidade de refletir profundamente e de forma mais ampla sobre a história das RI na África. Embora Schmidt (2013) questione a historiografia de RI, pedindo uma revisão crítica do que atualmente existe, como sua origem ou algo como uma história detalhada da cápsula que cobre os diferentes discursos na evolução da disciplina, sua chamada torna necessária a reflexão sobre o lugar da África em tal revisão. Isto requer ao menos descobrir quais discursos existem na África em relação ao estudo de RI, a fim de repensar verdadeiramente as narrativas evolutivas dominantes e coerentemente oferecidas de RI. Tal exercício poderia certamente melhorar nossa compreensão da disciplina em outros lugares, longe dos grandes debates míticos que dominam a história do campo (Kahler 1997), e possivelmente tomar conhecimento de pontos de vista, discursos e teorias obscuras, pesquisadores e teóricos que auto conscientemente professam RI como sua disciplina, e instituições (universidades e nações) que contribuem para o desenvolvimento de RI onde elas existem. Este ensaio pretende usar alguns destes critérios, como fornecidos por Schmidt e apoiados por Duncan Bell, para comentar sobre a evolução das RI na África e usar isso para propor uma direção para o futuro da disciplina no continente africano (Bell 2009)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciência Política, Escola Superior de Defesa, Estocolmo, Suécia. E-mail: bodefaskin@yahoo.co.uk; akinbode.fasakin@fhs.se.

<sup>2</sup> De acordo com Bell (2009, 4), “a escrita da história da disciplina deve ser complementada, e possivelmente complexificada, pelo estudo das “histórias do mundo” - isto é, das múltiplas maneiras pelas quais a política global (ou aspectos dela) foi conceitualizada através de uma variedade de locais institucionais, incluindo universidades, laboratórios de pesquisa, *think-tanks*, fundações filantrópicas e agências governamentais”. Eu também considero relevante o estudo da categorização de Hoffmann (1997, 41) como uma parte autônoma da Ciência Política.

Embora a interpretação dominante da historiografia das RI apareça como simplificação de uma história mais complicada, uma apropriação de uma disciplina cuja origem, evolução e desenvolvimento abrange uma descrição mais detalhada através de regiões, tempo e espaço, argumenta-se que o uso de alguns critérios ajuda a esclarecer a evolução das RI nestes diferentes tempos e áreas. Este estudo faz esta interpretação na África para mostrar como a disciplina se desenvolveu como um campo distinto que está preocupado com a política global e projetado para servir interesses nacionais no exterior ou misturar os chamados interesses nacionais dos formuladores de políticas com os de pesquisadores, impulsionados pela experiência pessoal, objetivos disciplinares e objetivos de carreira, o que Hoffman (1997, 47) chama de “notável convergência cronológica”. Portanto, embora Schmidt tenha problematizado as interpretações predominantes do desenvolvimento do campo, argumentando que a história das RI é mais complicada e menos conhecida do que tipicamente apresentado, mostro por que essa narrativa dominante da historiografia das RI tem influência, particularmente em relação à África (Schmidt 2013, 4). É sob esse pano de fundo que este artigo explora como podemos pensar sobre as RI na África e na historiografia de RI ao redor do mundo em geral, especialmente para acomodar os desenvolvimentos em diferentes comunidades acadêmicas e para essas comunidades fazerem contribuições além do desafio usual do domínio americano.

O ensaio começa mostrando por que a influência estadunidense permanece predominante e resistente no campo e na interpretação de sua história; essencialmente fazendo a alegação de que as RI se desenvolveram dentro dos parâmetros e agenda estabelecidos pelos Estados Unidos, embora com contribuições da Europa - especialmente do Reino Unido. Como evidências da influência estadunidense no campo, em termos de contribuições teóricas, a disseminação global de teorias e metodologias desenvolvidas e apoiadas pelos EUA e a aceitação da interpretação mítica da historiografia das RI fornecida por estudiosos estadunidenses não são apenas meras justificativas para essa afirmação, mas também formam a base para as RI estadunidenses adquirirem a vantagem ‘científica’ sobre os outros. As visões estadunidenses foram, portanto, não só eventualmente adotadas por muitos estudiosos no exterior e no campo em geral, tomando por exemplo os textos introdutórios de RI e a narração dos debates míticos dentro deles, mas também por estadistas de muitos outros países, especialmente os da África, que começaram a padronizar suas políticas baseando-se nos EUA, negligenciando os estilos de seus antigos governos coloniais. É plausível dizer que as RI como disciplina foram primeiro utilizadas na Europa antes que os EUA fizessem suas contribuições, e que algumas das contribuições estadunidenses foram de fato de autores originariamente europeus (como Nicholas Spykman, Hans Morgenthau e Stanley Hoffman, entre outros).

No entanto, os Estados Unidos aproveitaram ainda mais o seu status e as circunstâncias recém-adquiridas após a Segunda Guerra Mundial para consolidar o seu lugar no estudo das RI. Como uma potência mundial, sua visão carregava muito mais peso do que a de qualquer outro país ou região do mundo e as proposições de seus estudiosos simplesmente se tornaram cânones e padrões pelos quais outros estudiosos mediam sua contribuição, particularmente na era do debate sobre a natureza científica da disciplina. É nesta linha de raciocínio que se pode observar que, desde o surgimento da China como uma grande potência em todo o mundo, a Ásia começou a contar como contribuinte para os assuntos e debates globais, enquanto estudiosos que trabalham na Ásia, que não são necessariamente chineses, estão ganhando mais destaque. O corolário disso é que eles poderiam emergir como “distintas vozes nas RI” se projetarem políticas chinesas e canonizarem essas ideias caso a China ultrapasse os EUA (Waeber 1998,688).

Como Europa, América e Ásia têm algo a dizer sobre como elas inicialmente estudaram o mundo lá fora para refletir suas contribuições para o campo, este estudo, portanto, explora as contribuições do continente Africano e de seus estudiosos no desenvolvimento do campo nas seções que seguem. Em minhas observações finais, argumento que, embora as disputas sobre a historiografia de RI sejam uma área de pesquisa nova e incipiente, é razoável pensar em incorporar as variadas experiências regionais e teóricas de RI, onde elas realmente existem ou onde ainda serão conhecidas, na reescrita da historiografia das RI. O apelo para que acadêmicos (políticos e/ou intelectuais) desejem fazer isso é crucial. Mesmo que isso não garanta um consenso sobre a historiografia das RI, ela poderia ao menos fornecer uma via para admitir e documentar alguns dos erros inerentes ao que atualmente serve como historiografia das RI e dar voz às contribuições anteriormente ignoradas que poderiam ajudar a fornecer um robusto e qualificado relato da história da disciplina. Mais importante ainda, a necessidade de a África aproveitar esta revisão para dar uma contribuição específica no campo da RI, refletindo as suas experiências e eventos, que já haviam começado com a teoria pós-colonial, no processo de reorientação do campo de RI preocupa a penúltima seção do artigo, enquanto a última seção traz uma conclusão.

## RI como uma Ciência Social estadunidense?

Um dos clichês das RI é o das “RI como uma Ciência Social estadunidense” de Stanley Hoffman. Embora a primeira cátedra de RI tenha sido concedida em Aberystwyth, no País de Gales, Reino Unido, em 1919, “foi nos

Estados Unidos que as relações internacionais se tornaram uma disciplina” antes e mais profundamente depois da Segunda Guerra Mundial, segundo Hoffmann (1977, 42). Foi nos Estados Unidos que “a política externa foi [primeiro] colocada sob pesos e contrapesos domésticos, [e] não conhecia nenhuma classe profissional e pouco respeitava as regras e rituais dos poucos afortunados europeus iniciados” (Hoffmann 1977, 43). A essa altura, os Estados Unidos haviam se desenvolvido como uma sociedade relativamente democrática, com intelectuais vindos de diferentes esferas da vida estabelecendo-se nos EUA. Posteriormente, “a convergência de predisposições intelectuais, circunstâncias políticas e oportunidades institucionais”, a disciplina e a profissão de especialistas em RI são predominantemente estadunidenses (Hoffmann 1977, 45-46). Baseando-se na natureza de uma ciência precisa da política, dada a metodologia empírica que ganhou terreno nas ciências sociais estadunidenses, bem como a necessidade de explicar eventos e guerras anteriores, incluindo a ascensão e a proeminência global dos EUA após a Segunda Guerra Mundial, estadunidenses autoidentificados como acadêmicos de RI definiram o tom que levou ao desenvolvimento de um campo de ciências sociais de RI. Esses estudiosos não apenas desenvolveram um campo que justificou a busca dos líderes estadunidenses por um engajamento mais profundo em assuntos mundiais, em um ambiente incipiente, talvez bem elaborado, da Guerra Fria que eles haviam moldado, mas também forneceram racionalizações para reunir apoio público em torno desses líderes na busca e aquisição de interesses nacionais e poder estatal (Booth 1997). Claramente, as condições internas, dentro da disciplina, e os contextos externos trabalharam em conjunto para desenvolver uma ciência social de RI nos EUA, dando-lhe alguma influência e, posteriormente, status hegemônica em todo o mundo.

Apenas poucos historiógrafos de RI acham essa afirmação, ou a forma como Hoffman a apresenta, controversa. Embora eles acreditem que houve RI em outros lugares, especialmente na Europa, onde muitas vezes nos referimos ao sistema estatal como eurocêntrico e o estudo sistemático do comportamento desses atores existia antes dos estadunidenses estudarem RI (Watson 1992; Buzan & Little 2000; Bull e Watson 1984), muitos acadêmicos afirmam que Hoffman apresentou um relato brilhante da hegemonia e supremacia estadunidense na disciplina de RI. Por exemplo, Schmidt afirma que, apesar da influência de muitos estudiosos de RI nascidos na Europa, a disciplina evoluiu para uma ciência social estadunidense (Schmidt 2013). Duncan Bell (2009, 4) postula que os Estados Unidos e seus pesquisadores têm atuado como centro de gravidade na chamada evolução e desenvolvimento da disciplina de RI, sugerindo que os estadunidenses contribuíram para o desenvolvimento do campo e permaneceram hegemônicos dentro dele.

Sem contestar essa afirmação, mesmo que ele tenha desafiado a sociologia de tal disciplina não tão internacional, Waever (1998) fornece a razão para tal domínio. Segundo ele, a reflexão das RI sobre seu desenvolvimento e progresso faz com que as RI convencionais se integrem entusiasticamente a teorias peculiares aos Estados Unidos, que são ainda mais atrativas devido aos ideais distintamente norte-americanos da ciência social, especialmente a necessidade de um estudo “objetivo” da política internacional. De acordo com Waever (1998), os *insights* brilhantes e convincentes de Hoffmann sobre o motivo pelo qual as RI emergiram como uma disciplina em suas dimensões totais nos Estados Unidos, explicam por que ela tomou a forma que tomou, muitas vezes dando o tom para outros no campo seguirem.

Assim, pode-se ver, como Schmidt (2013, 5) acredita que “presentismo, que envolve a prática de escrever uma história do campo com o propósito de fazer um ponto sobre seu caráter atual” e “contextualismo, que assume que eventos exógenos no reino da política internacional estruturaram fundamentalmente o desenvolvimento histórico das RI como um campo de estudo acadêmico”. Consequentemente, o contextualismo, ou a interpretação dos escritores de RI estadunidenses dos principais eventos mundiais e mudanças significativas nos Estados Unidos, incluindo opções e direções da política externa dos EUA, tornou-se diretamente responsável pela ascensão e queda de diferentes teorias, metodologias e áreas de foco no campo. Enquanto a natureza cumulativa do conhecimento impulsionou essas teorias posteriormente, fornecendo justificativas para o seu desenvolvimento, Estados com poder após os grandes eventos, como as Guerras Mundiais, apenas empregaram o desenvolvimento de uma disciplina para formar conhecimento sobre questões globais. Esse padrão, que não era de modo algum diferente dos processos pelos quais o poder europeu da era pré-americana assumiu o curso da universalização de suas ideias e do estabelecimento de seu domínio, permitiu-lhes ilustrar o que consideram como problemas globais de acordo com seus pontos de vista (Seth 2011, 170).

Quando o que se tornaram as teorias dominantes de RI (Idealismo e Realismo), que surgiram entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, se desenvolveram, esses Estados e seus pensadores fizeram um balanço desses desenvolvimentos no mundo, decidindo, assim, tanto a identidade quanto as preocupações das RI. Foi só depois da Segunda Guerra Mundial, e durante a Guerra Fria em particular, que essas teorias se desenvolveram muito mais, dominando a paisagem do campo e fornecendo *insights* aos cientistas sociais e praticantes da ciência da política internacional<sup>3</sup>. Os pensamentos originais

---

<sup>3</sup> Kenneth Waltz foi particularmente relevante a este respeito. Seu texto seminal, *Theory of International Politics*, tornou-se influente na construção de uma ciência de política internacional

das RI imitavam os escritos em Filosofia, História, Ciência Política e Direito Internacional, mas muito menos os de Economia. O desejo de ter sua própria ciência e de se encontrar com a metodologia das ciências sociais como na Economia resultou na adoção de seu método “científico”. Claramente, os especialistas em RI anteriores à publicação dos escritores estadunidenses consideraram a teorização dessa forma específica como algo garantido e apenas fizeram um balanço dos eventos “mundiais” como se estivessem documentando a história, professando soluções que consideravam adequadas com relação às mesmas questões das causas da guerra e da natureza do homem dentro do sistema internacional que os realistas norte-americanos identificaram. Se os progenitores da escola inglesa de RI, que agora se foram rotulados como “utópicos”, fossem de algum modo relevantes, então não é de surpreender que as RI, nesse ponto, apenas tenham procurado resolver problemas (inter) nacionais específicos de uma perspectiva particular.

Consequentemente, adotando primeiramente métodos explicativos usados na história e na filosofia e mais tarde adotando os métodos científicos (naturais), as RI, que tentaram entender a natureza da política internacional entre os Estados, chegaram a um amadurecimento inevitável e desejável para muitos escritores estadunidenses no campo de estudo das ciências sociais. Este foi o processo de profissionalização e subsequente endurecimento das RI imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, bem como durante os anos entreguerras, por pensadores liberais, mas mais firmemente depois por realistas e cientistas no mundo pós-1945. Na época em que o Realismo oferecia o que parecia um consenso na florescente disciplina de RI, havia também as contribuições de liberais no período entre guerras, as quais o Realismo redefiniu cuidadosamente para refletir o utopismo, estabelecendo o primeiro debate que daria legitimidade ao nascimento de uma disciplina. Esta reflexão realista cuidadosamente trabalhada do campo iria lançá-los contra os idealistas no que se tornou popularizado como o primeiro grande debate. O “triunfo” dos realistas lançou-os contra os cientistas (behavioristas) no segundo debate. A história seguiu para mostrar como tradicionalistas e pós-modernistas também se engajaram em um terceiro debate. Enquanto o terceiro debate criou um campo de estudos de RI que é de natureza pluralista, ele é significativo na medida em que destaca a quantidade de desenvolvimentos que o campo experimentou desde o período de sua primeira cátedra estabelecida em Aberystwyth. Isso é significativo, pois uma das notáveis características e, claro, fraquezas da versão popular dos debates é o desejo de que o campo adquira um status científico. Consequentemente, em vez de medir o progresso no sentido paradigmático kuhniano, os avanços em RI assumiram a forma de teorias anteriores desafiadoras, não revolucionárias, e

fornecedoras de alternativas de acordo com os contextos. Essa busca por RI científicas, no entanto, prejudicou muitas questões que contribuíram para a evolução das RI e colocou as teorias de RI em agrupamentos de “paradigmas”.

As RI não são necessariamente uma ciência social estadunidense, a influência dos EUA apenas permanece permanente no campo. Evidências, incluindo as duas razões para a influência estadunidense no campo - sua teoria *mainstream*, o Realismo, bem como a versão mítica da historiografia das RI fornecida por esses estudiosos - são justificativas suficientes para o domínio dos norte-americanos. Esta abordagem não foi adotada apenas na escrita da historiografia das RI, mas também por estadistas em outros países, cujas políticas são projetadas para construir e refletir uma academia de RI estadunidense, alguns deles imitando as políticas dos líderes norte-americanos. No entanto, pode-se dizer que, embora as RI sejam uma disciplina que se desenvolveu e se beneficiou das evoluções nas ciências sociais, seu crescente apelo aos impulsos governamentais e acadêmicos para atender às expectativas do governo e dos patrocinadores nos EUA, mais do que em qualquer outro lugar, permanece um ponto de referência ao pensar sobre a evolução das RI. Deve-se ter em mente que a dominância estadunidense na historiografia das RI não poderia ter sido diferente, especialmente dada a circunstância acima. A influência colossal e autoritária dos EUA sobre a maioria das partes e sobre a presença quase total em questões globais após a Segunda Guerra Mundial colocou o país e seus acadêmicos de RI no cenário mundial, como o cerne do pensamento, escrita e prática dentro do campo. Muitos campos de estudo acadêmicos nas ciências sociais estadunidenses, incluindo Economia e Ciência Política, parecem se beneficiar também desse alcance e influência dominantes.

Embora as justificativas fornecidas para a hegemonia dos EUA nas RI possam parecer simplificar a historiografia das RI, elas oferecem *insights* para apreender como a historiografia das RI continua sendo contada do jeito que é e como ela se tornou um modelo para regiões fora dos Estados Unidos. O paradoxo aparente do exposto acima é que a interpretação da historiografia das RI através do prisma norte-americano é um mito para o resto do mundo, mas é a realidade dos EUA, representando como os estadunidenses, na política estatal e em níveis teóricos, entendiam o mundo e estudavam as RI. Portanto, mesmo que a narrativa popular da evolução das RI seja uma história mítica dos grandes debates, os especialistas em RI, a maioria dos quais cientistas políticos e domiciliados nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, foram absorvidos com o desenvolvimento de um campo de estudo semelhante àqueles já firmemente desenvolvidos nas ciências sociais estadunidenses. Além disso, os contextos sociais e políticos, especialmente os desenvolvimentos em todo o mundo, e a necessidade de atender às demandas da audiência, incluindo os

praticantes de políticas e estudiosos, impulsionaram o florescimento de um campo que já estava evoluindo. Como o relato preferido do consenso do pós-guerra foi orientado por eventos, as principais teorias de RI, especialmente o Realismo, oferecem uma explicação do evento mundial através das lentes da natureza do homem e do Estado dentro da estrutura de uma sociedade anárquica. O fato de que as recompensas, em termos do patrocínio, seguiram as pesquisas realistas permitiu o avanço deste tipo de pesquisas. “O Realismo foi duplamente favorecido: não apenas se beneficiou da mesma infraestrutura de pesquisa, mas também sua postura teórica se encaixa com a ênfase renovada do governo no compromisso internacional e em tratar das ameaças soviéticas” (Kahler 1997, 28). Isto é uma ciência de RI estadunidense. Embora para vários historiadores de RI isto não seja nada além da disciplina de RI norte-americana (definindo a mitologia, coerentemente, elegantemente e eloquentemente apresentada), serviu ao seu propósito transmitindo ao mundo um tipo particular de conhecimento e visões do “eu” estadunidense, da sua erudição, sociedade e interpretação do mundo. É uma história diferente que desempenha várias funções de legitimação, classificando o Realismo e a subsequente curva behaviorista como produtos do progresso intelectual e consignando outros ao lixo da história; essa foi a peculiaridade das RI estadunidenses. Como Bell (2009, 5) argumenta, esse mito tem sido o motor da construção da identidade, ajudando a marcar e policiar os limites da disciplina, bem como moldar a autocompreensão dos estudiosos. Como não é toda a historiografia das RI, ela deve ser vista do seu ponto de vista limitado. É talvez para este tipo de apropriação que Bell (2009,4) apela para o estudo das “histórias do global”, em que se pode estudar de forma diferente as histórias “das múltiplas formas em que a política global (ou aspectos dela) foi conceitualizada por via de uma variedade de espaços institucionais, incluindo universidades, laboratórios de pesquisa, *think tanks*, fundações filantrópicas e agências governamentais”.

Uma visão sobre a deificação do modelo disciplinar norte-americano por pesquisadores em outras partes do mundo é menos explorada. Para obter uma explicação regional da historiografia das RI não necessariamente incluída na história das RI, me volto ao desenvolvimento institucional das RI na África na próxima seção (Vitalis 2005, 160-161).

## A África e a Historiografia das RI

Nesta seção, examino o que se pode referir como contribuição da África para a história das RI, a historiografia das RI africanas, por falta de uma fraseologia melhor. Começo com duas advertências. Primeiro, é apropriado afirmar



previamente que este artigo não pode capturar toda a gama de experiências africanas com o mundo externo já que as RI ou a escrita de sua história é enorme e tal exercício é quase impraticável se não for inimaginavelmente vasto para ser capturado em um trabalho tão curto. Mais ainda, a África e os estudos africanos sobre o mundo não são um monólito; tem histórias e sociedades profundas e complexas, relações, dimensões e escritos muito vastos e complexos para a representação aqui. Eu meramente identifico e abordo muito pouco dos destaques das contribuições dos africanos à historiografia e disciplina de RI com referência a acadêmicos e trabalhos que se identificam como escritores de RI, afiliação institucional, instituições estabelecidas e financiadas pelo governo e outras características cognatas que delineiam uma disciplina profissional. Embora o trabalho seja sobre a historiografia das RI na África, recorro à minha experiência pessoal como pesquisador africano, interações com colegas e evidências da literatura para fazer minha afirmação. O estudo também se baseia em grande parte no exemplo nigeriano, embora a maioria das questões reflita as instâncias africanas e ressoe de modo geral.

Segundo, acredito que é importante pensar sobre este tipo de esforço afirmando que é difícil, se não impossível, imaginar a historiografia das RI africanas fora da história da África. A África é uma região cuja história e lugar na escala sociocultural, econômica e política do mundo definem os interesses de seus estudiosos, sua compreensão dos assuntos mundiais, sua abordagem e disposição em relação à disciplina e o tipo de contribuições que fizeram para o desenvolvimento do campo; da mesma forma que esses fatores influenciam os formuladores de políticas africanos. É, portanto, importante compreender e afirmar que, embora os africanos contribuam para as relações internacionais em geral, mesmo no período do estabelecimento formal da primeira cátedra de RI em Aberystwyth, e a origem das instituições acadêmicas que estudam no Ocidente na década anterior, os Estados africanos ainda não eram atores independentes estudando as RI. Os Estados não eram nem independentes, capazes de tomar suas próprias decisões diplomáticas em relação aos outros por conta própria, no sentido do Sistema de Estados de Vestfália, nem seus acadêmicos “produzindo” um pensamento independente sobre o mundo a partir de instituições africanas. É suficiente dizer, no entanto, que embora muitos países africanos estivessem sob o domínio colonial na primeira metade do século XX, os africanos estavam cientes da política internacional em jogo globalmente e nas relações internacionais em geral, uma vez que isso afetava seu pensamento sobre os status dos seus Estados. Eles perceberam que seus “países” e situação estavam ligados a potências e eventos fora da África, daí o nascimento de movimentos de libertação impulsionados por escritos sobre o sofrimento das colônias e os males do colonialismo durante

este período. Estes escritos tornaram-se precursores para as agitações nacionalistas subsequentes na África<sup>4</sup>. É importante reiterar que, embora isso não sugira que o pensamento não fizesse parte das sociedades africanas, pensar sobre e conhecer as RI como disciplina é não documentado.

A academia de RI começaria formalmente na África cerca de quatro décadas depois da primeira cátedra formal em Aberystwyth, quando alguns países africanos se tornaram independentes ou à beira de, e começaram a estabelecer universidades e instituições de pesquisa para estudar como perseguir as políticas externas de seus vários Estados e outras questões relacionadas aos assuntos internacionais em seus países. A Nigéria assumiu a liderança em 1956, poucos anos antes de sua independência, quando o governo autônomo pré-independente apresentou uma série de medidas políticas ao parlamento para formar futuros diplomatas nigerianos (Aluko 1987). Líderes nigerianos emergentes interessados no mundo lá fora, que inicialmente adotaram uma abordagem sublime das relações internacionais, mantendo uma postura pró-britânica e ocidental, procuraram entender os assuntos internacionais treinando pessoal diplomático para este trabalho. Enquanto isso, nigerianos haviam estudado Relações Internacionais até o nível de doutorado em universidades norte-americanas e britânicas. Logo após a independência, quando o governo estabeleceu o Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais (NIIA<sup>5</sup>) em 1961, um deles, Lawrence A. Fabunmi, que havia estudado História, mas cuja tese era intitulada *The Sudan in Anglo-Egyptian Relations: A Case of Power Politics, 1900-1756* foi um exemplo de uma exploração realista clássica, tornou-se o primeiro diretor do NIIA. Fabunmi é fruto da Universidade de Londres. Como uma instituição de pesquisa, as tarefas centrais do NIIA giram em torno de fornecer orientação sobre política externa para o governo nigeriano e pesquisar relações internacionais em geral, bem como atuar como um *think tank* para o então Escritório do Exterior e da *Commonwealth*, mais tarde conhecido como Ministério das Relações Externas, e agora Ministério das Relações Exteriores<sup>6</sup>.

Mais tarde, em 1977, a Universidade de Ife, fundada anteriormente em 1962 pelo governo regional da Nigéria Ocidental, criou a primeira cátedra em Relações Internacionais na África sob a Faculdade de Administração

---

4 Apesar de muitos dos primeiros escritores sobre África serem negros nos EUA, seus escritos não eram conhecidos como escritos de RI. Eles, no entanto, ajudaram a agitar nacionalismos na África. Escritores como W. E. B. Du Bois (Sociólogo e Historiador) e Marcus Garvey (Jornalista) são notáveis entre outros.

5 Do inglês, *Nigerian Institute of International Affairs*.

6 Apesar de terem funções levemente dissimilares, o NIIA copia o Instituto Real de Assuntos Internacionais (*Royal Institute of International Affairs*).

depois de esta ter desenvolvido e dirigido cursos de graduação e pós-graduação em RI<sup>7</sup>. A UNIFE, como era chamada na época, produziu o professor Olajide Aluko, primeiro professor de Relações Internacionais da África Subsaariana, e um conjunto de estudiosos vibrantes cujos trabalhos eram exclusivamente de RI<sup>8</sup>. Embora o departamento fizesse parte do estabelecimento do Instituto de Administração em 1963, anteriormente criado na Universidade de Ibadan antes de se mudar para seu local permanente em Ile-Ife em 1966, o departamento não obteve status autônomo até 1970. Desde cerca de 1970, após o fim da guerra civil (1967-1970) e com o desejo do governo nigeriano de buscar uma política externa eficaz, Ife promoveu programas profissionais e de certificação para o pessoal do departamento de relações exteriores. Sua equipe acadêmica, com cerca de quinze membros, que haviam obtido doutorados em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Science* e por universidades britânicas e estadunidenses, publicou livros e artigos de periódicos sobre a Nigéria e seus vizinhos, questões de política externa e contribuiu essencialmente com perspectivas africanas para assuntos internacionais. Logo depois, a Universidade Amhadu Bello, Zaria (ABU), fundou o Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais em 1976, depois de ser anteriormente conhecido como o Departamento de Governo desde 1967.

Enquanto a Universidade de Ibadan (uma afiliada da Universidade de Londres e a primeira universidade da Nigéria fundada em 1948) e a Universidade da Nigéria, Nsukka (fundada em 1960) ofereciam cursos como governo comparativo, política externa das grandes potências e Estados africanos sob o curso de Ciência Política, elas não ofereciam RI como uma disciplina separada (Aluko 1987, 314). Em outros países africanos, como Egito, Quênia, África do Sul e Tanzânia, departamentos como o Departamento de Ciência Política da Universidade do Cairo, o Instituto de Diplomacia e Estudos Internacionais (IDIS), o Departamento de Governo da Universidade de Nairobi e os Departamentos de Governo, Ciência Política ou Estudos Liberais, respectivamente, envolvem-se na academia relacionada às RI. Estudiosos eruditos como os egípcios Boutros Ghali e Samir Amin, o queniano Ali Mazrui, os nigerianos

---

7 Embora vários departamentos que se identificam com as Relações Internacionais tenham surgido desde então na Nigéria, a maioria deles se enquadra na História, Ciência Política ou como Departamentos de Estudos Diplomáticos e Internacionais. Apenas poucas universidades nigerianas estudam e se identificam como de Relações Internacionais, como Ife (hoje Universidade Obafemi Awolowo, Ile-Ife desde 1987).

8 Devido aos trabalhos destes pesquisadores, eles ficaram conhecidos como a Escola de RI de Ife. Eles incluem Aluko, J. B. Ojo, Oye Ogunbadejo, Olusola Ojo, Amadu Sesay, Ralph Onwuka, Amechi Okolo, Orobola Fasehun e Layi Abegunrin entre vários outros.

Adele Jinadu, Claude Ake e Segun Osoba, muitos dos quais se identificam como cientistas políticos, estavam entre os acadêmicos notavelmente conhecidos que contribuíram para a apreensão e análise dos assuntos mundiais e o estudo de RI (Ofuho 2009, 73; Schoeman 2009).

Enquanto se pode dizer que os escritores africanos de RI, focados em fazer contribuições relacionadas às relações e práticas diplomáticas, e as políticas externas de seus respectivos países, suas contribuições foram mais relevantes dando sentido às RI pela África do que participando dos principais debates dentro do campo. Embora a Guerra Fria tenha fornecido o contexto para suas análises, eles refletiram mais sobre o lugar da África no mundo e se engajaram com este contexto para melhorar a compreensão das realidades existenciais africanas, algumas relacionadas às questões que os cientistas políticos e historiadores africanos estavam preocupados havia tempo, ao invés de se envolver de maneira discursiva por meio do desenvolvimento teórico e disciplinar. Ainda que não tenham consenso em suas visões da África, abordando-a de diversas perspectivas, eles direcionaram suas pesquisas sobre a África e o mundo e não como parte do mundo dos debates acadêmicos em curso no Ocidente. Aqueles que se autodeclararam como acadêmicos de RI africanos não abordaram a disciplina pelo padrão seguido entre as diferentes escolas de pensamento, como entre Idealismo e Realismo, fornecendo uma teoria diferente, ou na forma de locais institucionais e nacionais, como foi o caso entre RI nos EUA e RI no Reino Unido.

No entanto, existem pelo menos duas maneiras de apreender a historiografia das RI africanas. Primeiro, eles forneceram esclarecimento definicional ou conceitual de uma maneira que tenta estabelecer o limite entre as RI como disciplina e outras disciplinas que tentam estudar o que elas estudam. Os primeiros estudiosos africanos de RI não estavam em dúvida sobre a ofuscação de definições predominante na disciplina (Brown 1997). Eles também estavam cientes da influência que campos como História e Ciência Política exerciam e poderiam exercer sobre as RI. Isso é de fato necessário para o financiamento do governo, uma vez que as RI parecem ter mais relevância para as políticas e programas do governo e ganharam mais financiamento e atenção do governo do que a Ciência Política. Mais ainda, os estudiosos de RI estabeleceram a Sociedade Nigeriana de Assuntos Internacionais (Jinadu 1987). Por último, a definição é útil à luz da confusão entre as relações internacionais como todas as formas de interações entre vários atores no cenário mundial e na política internacional como sinônimo que significa ou tais interações, ou o tema do sujeito ou aspectos das relações internacionais, comumente confundidos, principalmente por escritores norte-americanos. Por estas razões, os primeiros acadêmicos africanos de

RI refletiram sobre a confusão definicional e conceitual e deram significado às RI como disciplina, focalizando o que deveria constituir seu objeto; RI deve ser sobre a política das relações internacionais (Aluko 1987, 312). Para este fim, Aluko (1987) define RI como o campo que estuda a política dentro de “todas as formas de laços através das fronteiras nacionais, variando de político-diplomático, securitário-militar e econômico-desenvolvimentista até sociocultural”, enquanto a política internacional, um conceito relacional para RI, “refere-se especificamente aos aspectos políticos de tais relações”. Para Ofuho (2009, 71), esta definição não é apenas um “primeiro passo para tornar a academia de RI mais inclusiva e verdadeiramente ‘internacional’”, mas crucial para analisar a evolução, o desenvolvimento e a dinâmica da disciplina nas relações com a África.

Em segundo lugar, os africanos abordam questões de RI, principalmente as que lhes dizem respeito no mundo, seja através dos prismas convencionais ou através de perspectivas alternativas, ainda que usando, em ambos os casos, situações empíricas africanas para testar teorias ocidentais ou importadas a fim de aliar-se com essas teorias ou desafiá-las, bem como suas epistemologias e metodologias. Embora isto sugira que os acadêmicos africanos de RI refletissem menos sobre a sociologia da disciplina, não fazendo qualquer contribuição teórica e sem qualquer forma de avaliação do modelo da disciplina, eles copiam os pensamentos existentes, acreditando que sejam provenientes de uma disciplina já estabelecida para interpretar as RI africanas. Este pensamento sustentou a adoção e adaptação das RI, uma ciência social estadunidense, e do Realismo, teoria norte-americana, por muitos estudiosos africanos de RI. Foi com base nisso que eles adotaram “*establishments* de RI” dos EUA para projetar sua agenda de pesquisa, seus currículos universitários e suas políticas externas. Para esses estudiosos, RI não foi apenas uma disciplina cujo estudo se originou em Vestfália, na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais, foi uma disciplina cuja essência os pesquisadores africanos presumiram ser adequadamente resolvida, por meio da qual o que se torna necessário é interrogar a África a partir dessas perspectivas (Ofuho 2009, 76). Um dos pioneiros das RI em Ife é da opinião de que “tanto os tons teóricos quanto os práticos relativos às RI na África são estabelecidos fora do continente. Pesquisadores africanos de RI meramente adaptam-nas para encaixar-se à realidade africana. Africanos, de forma geral, não construíram teorias ou criaram muitos teóricos de RI. Apenas poucos podem realmente identificar-se como teóricos ou teóricos de RI. Nossas contribuições não são sobre teorias, mas sobre a resposta e adaptação de teorias existentes às realidades africanas. Fazemos isso a partir de uma perspectiva africana” (Ojo 2017).

Não é de admirar, então, que os africanos que fazem RI sejam dependentes do Realismo, do Marxismo, dos níveis de análise e de outras abordagens desenvolvidas principalmente nos EUA e na Europa para estudar RI e analisar as políticas externas de seus respectivos países. Um bom exemplo que ilustra esse ponto é como escritores nigerianos, copiando autores estadunidenses e suas visões do papel dos Estados Unidos no continente americano, descreveram a Nigéria como tendo um destino manifesto e uma missão histórica. Para eles, a Nigéria está destinada a liderar a África e a raça negra e deve adquirir poder militar e econômico para poder fazê-lo. Eles também descreveram a Nigéria como tendo três círculos concêntricos de política externa, para os quais a África é a peça central, baseada no autointeresse esclarecido da Nigéria (Olusanya e Akindele 1986). Da mesma forma, o ministro de Relações Exteriores da Nigéria, Bolaji Akinyemi, em consonância com o raciocínio realista predominante na época, levou a Nigéria a convocar o Concerto das Potências Médias em 1987. Essa influência é significativa, pois mesmo quando os pesquisadores africanos não se inscrevem ideológica e teoricamente em determinadas orientações norte-americanas ou ocidentais, eles inspiram-se nelas para analisar a África e suas RI. Um exemplo é um livro escrito para descrever as “falhas” de um país como potência hegemônica, depois que estudiosos realistas anteriores descrevem a Nigéria como portadora de um destino manifesto. Adekeye Adebajo e Abdul Rauf Mustapha, autores que não são necessariamente realistas por inclinação, escreveram *Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War* em 2008. O livro deles segue o exemplo de *Gulliver's Troubles, or the Setting of American Foreign Policy*, de Stanley Hoffmann, publicado em 1968, escrito exatamente quarenta anos antes do de Adebajo e Mustapha. No entanto, isso não quer dizer que os acadêmicos de RI africanos não tenham trazido distinção, engenhosidade e estilo para a academia, o ponto é que existem semelhanças observáveis em termos de como eles conduzem a pesquisa de RI na África.

Onde estudiosos africanos não adotam e adaptam ideias ocidentais dominantes para representar as RI africanas, eles tomam emprestadas teorias alternativas ocidentais, como o Marxismo, ou importam teorias de outros países em desenvolvimento, como a teoria de dependência de Immanuel Wallerstein da América Latina, para explicar as RI africanas. Os estudiosos desta categoria não se limitam a ressentir-se da ancestralidade colonial dos Estados africanos, mas acreditam que os constructos teóricos dominantes, como o Realismo e o Liberalismo, privilegiam as grandes potências e as forças externas que ainda estão em jogo na África. Preocupados em explicar problemas socioeconômicos africanos, estudiosos com essa escola de pensamento pegaram emprestadas a análise de classe de Marx e a exposição de Wallerstein da dependência dos países em desenvolvimento aos países desenvolvidos

dentro de um sistema mundo distorcido para contribuir para os debates Norte-Sul em RI. Estes pensadores críticos africanos, que destacam o papel dos constrangimentos externos sobre a posição africana, recebem críticas por serem excessivamente focados externamente, deixando de lado a forma como as dinâmicas internas constituem as principais causas da situação africana. Há também um sentido em que, embora a maioria desses escritores sejam altamente cerebrais, eles podem acostumar-se a refazer e reciclar elegantemente os argumentos teóricos a que eles subscrevem ao analisar as RI da África<sup>9</sup>. Novamente, como os adeptos africanos do Realismo, eles retrocedem variantes das teorias ocidentais ao testar apenas as tendências empíricas das teorias existentes (Thakur 2015, 213).

## RI na África Contemporânea: o que e como contribuir para a disciplina

Nesta seção, explorarei formas pelas quais os acadêmicos de RI africanos podem contribuir para o campo das RI. O fato de pertencerem ao sistema internacional não é menos razão para que isso seja levado a sério. Expresso aqui três preocupações: a devida atenção deve ser dada à falta de fontes de pesquisa que inibam a pesquisa de ponta na África; a exploração da história, particularmente a história da África, bem como seus eventos, é crucial para causar impactos nas RI; e o despertar e a ampliação da contribuição africana para a teoria pós-colonial não é, em nenhum outro momento, mais urgente do que agora.

Foi Olajide Aluko (1987) quem primeiro identificou o problema de recursos de pesquisa inadequados para os pesquisadores de RI africanos trabalharem. Financiamento inadequado do governo e do setor privado para pesquisa no campo, a falta de acesso a dados valiosos (a maioria dos documentos oficiais da política é inacessível ou segredo oficial do Estado) e a ausência de sinergia, ou talvez, como ele coloca, rivalidade entre os pesquisadores e aqueles envolvidos nos assuntos externos africanos dificultam a pesquisa mesmo nos anos 1980 (Aluko 1987, 316)<sup>10</sup>. Se este foi o caso nos anos 1980, os problemas aumentaram exponencialmente nos anos 2000. Com exceção

---

9 Os estudiosos com quem interagi compartilham esta mesma visão. Para eles, a proliferação de trabalhos replicados pode ter a ver com benefícios pecuniários. A cultura de reconhecimento/promoção baseados no número de publicações é frequente na África

10 Akindele (2005, 62-63) menciona a ausência de sinergia entre o Ministério das Relações Exteriores e o NIAA.

da proliferação de universidades, a maioria das quais são empreendimentos educacionais privados, que é inversamente proporcional à qualidade da educação universitária em muitos países africanos, há uma abundância de falta de quase tudo que um século XXI deveria ter. De habilidosas, qualificadas e competentes mãos para pesquisas, financiamentos e doações para colaborações de pesquisa com outros para publicações acadêmicas recentes, entre outras, muitas universidades africanas estão atrás de suas equivalentes em outras partes do mundo. Muitas universidades africanas de ponta são sombras de si próprias em termos de infraestrutura física, enquanto compromissos intelectuais como programas de intercâmbio, *workshops*, seminários e assuntos relacionados com tópicos nacionais e globais, que foram vibrantes nas primeiras décadas de independência até finais dos anos 1980, desapareceram na maioria das universidades. Como é possível que uma universidade cujas instalações são apenas alguns edifícios, poucos funcionários, a maioria dos quais são recrutados em uma base *ad hoc* para passar os exercícios de acreditação de universidades africanas, se comportem como as universidades da década de 1980?

O problema com o estudo e a prática de RI na África é a falta de infraestrutura em todas as universidades. Este problema penetrou na África sob a política neoliberal do Programa de Ajuste Estrutural nas décadas de 1980 e 1990. Muitos países africanos não se recuperaram da política que priorizava a reversão do Estado na provisão de serviços essenciais, incluindo educação, saúde e outros serviços sociais essenciais, e permitia que as forças do mercado determinassem serviço/produto e preço e, conseqüentemente, produzissem eficiência. Como pontuei acima, é imprudente esperar tanto das universidades privadas, porque são principalmente elas que se envolvem nas práticas descritas acima. As universidades privadas não apenas falharam em fornecer alternativas viáveis, como também restringiram o acesso à educação. Por parte dos governos africanos, a alocação orçamentária não é apenas pequena, ela também está sendo sistematicamente roubada pelos funcionários. Em um recente relatório da UNESCO, o setor de educação na África Subsaariana recebe, em média, apenas 5% de seu produto interno bruto (The Guardian 2011).

Enquanto estes problemas possam provavelmente persistir no futuro previsível, será difícil para os africanos criar teorias de RI. E, a ausência de uma forte base teórica da África limita o impacto que os africanos podem causar na disciplina. Isso está ligado ao fato de que, embora os africanos interajam continuamente, mergulhando mais fundo nos assuntos mundiais com a esperança de melhorar sua situação, seus formuladores de políticas provavelmente não terão ideias claras sobre a melhor maneira de se relacio-



nar com o mundo em seus próprios termos e de seu próprio ponto de vista teórico. Isso tem enormes e duplos efeitos sobre os acadêmicos africanos de RI, cuja interação com a literatura sobre RI é através de prismas ocidentalmente orientados, mas a maioria dessas teorias com que os africanos se envolvem é antiquada. Por outro lado, formuladores de políticas permanecem como que navegando por um mundo realista anárquico sem uma bússola. A proliferação de instituições que estudam RI na África não fará diferença e os pensadores não forem preparados para desenvolver ideias originais. A menos que os pensadores da RI africanos façam contribuições teóricas, eles podem continuar a desempenhar papéis marginais, isto é, se desempenharem algum papel que seja, na disciplina, da mesma forma que os Estados africanos não influenciariam os assuntos do mundo a seu favor se não olhassem para dentro de si mesmos para a solução de seus problemas. É importante afirmar categoricamente que o problema não é de falta de recursos, mas de compromisso e vontade de buscar ideias criativas e uma academia voltada para o benefício da humanidade. Em outras palavras, é crucial que o Estado leve a educação como uma prioridade e aborde alguns dos desafios já conhecidos.

Se os governos africanos parecerem desamparados ou permanecerem irresponsáveis, como muitos têm sido ao longo dos anos, os acadêmicos devem desistir? Minha resposta é não! O restante desta seção examina como acadêmicos de RI africanos podem contribuir para discursos, teorias e desenvolvimento de RI não apenas de uma perspectiva africana, mas de uma forte visão teórica. Primeiro, acadêmicos africanos de Relações Internacionais podem explorar o estudo da História como uma disciplina, bem como a história e os eventos na África, para causar impactos inovadores nas RI. Uma das principais lições que as RI como um campo ensinaram é sua natureza eclética; as RI aproveitam-se de aspectos da História, Ciência Política, Direito Internacional, Economia, Geografia e Sociologia e assim por diante. De todos esses campos estabelecidos, a História como disciplina é particularmente importante para o estudo das RI por acadêmicos africanos, porque é um relato detalhado do passado, em que os contextos que cercam todos os outros assuntos podem ser descobertos. A história é crucial, pois “há pouca razão para acreditar que o estado atual da evidência histórica e do julgamento é definitivo ou final” (Smith 1999, 4). Isto refere-se ao agregado de eventos passados em geral, ou à série de eventos relacionados a um lugar, pessoa, cultura, mentalidade etc. específicos. Mas a história também se refere a tentativas de representar ou recriar esses passados. A história pode assumir forma de crônica, anais, narrativa, conto ou análise estatística. A história pode ajudar a interpretar “cultura e política com originalidade e talento” e desenterrar eventos obscuros. Para a África, isso é necessário porque, como

o Oriente, existem muitos preconceitos e mitos sobre o africano que o estudo da história pode dismantelar (Saïd 1979)<sup>11</sup>.

Portanto, é importante que a disciplina de RI na África reflita e seja coerente com os “fatos no terreno”, já que eles são experiências de um espaço e tempo específicos. Além disso, embora existam eventos semelhantes aos que exigiram o surgimento da disciplina de RI no início do século XX na África, como os incidentes relevantes no continente, por exemplo na RDC, no Sudão, na Somália, na Etiópia, na Eritreia, entre outros, esses eventos ainda estão por receber o significado que merecem por parte dos estudiosos de RI africanos (Ofuho 2009, 77). É muito claro que os eventos na África podem ser utilizados para fins de generalizações, bem como hipóteses e construção de teorias, ou destacar os papéis de estruturas e agência na criação de um continente africano moderno. É tão peculiar quanto a África é do resto do mundo que suas teorias devem beber de suas experiências e realidades únicas para desenvolver estas teorias ou destacar pesquisas exploratórias dentro das RI, de maneira que explique essas peculiaridades, bem como áreas de convergência ou hibridismo com o resto do mundo. A escravidão na África, a experiência colonial, o processo de descolonização e o Estado pós-colonial são locais de dados brutos não quantificáveis. As ondas de terrorismo, violência, democratização e reformas são questões que têm o potencial de desafiar teorias e discursos dominantes sobre e da África, e da África em relação ao mundo. Já é tempo desses eventos ganharem um lugar de destaque nos esforços acadêmicos.

O segundo ponto, que ao mesmo tempo serve como uma instância do uso do colonialismo para desenvolver uma teoria já em RI, é a teoria pós-colonial. A teoria pós-colonial serve como um ponto de entrada viável e verdadeiro de engajamento para os acadêmicos africanos de Relações Internacionais. Embora a ideia de um ponto de entrada através da via da teoria pós-colonial não seja para sugerir que esta é a única via pela qual os estudiosos africanos das RI podem conhecer as RI a partir de uma perspectiva africana. A escolha de conhecer a África por via da perspectiva natural ou positivista é muito boa, pois permitiria que os acadêmicos africanos se engajassem no desenvolvimento de hipóteses, generalizações e engajamento na construção de teorias. Muitos casos africanos podem ser úteis nesse sentido. Uma alternativa é o uso crescente do método construtivista social, como o trabalho sociológico de Fanon, para fornecer uma ampla gama de pesquisas exploratórias sobre a natureza constitutiva dos eventos na África. Este é um verdadeiro caminho para muitos pesquisadores africanos de RI interessados em conhecer as RI. Além disso, um benefício a não ser retirado da teoria

---

11 O trabalho de Saïd (1979) na desconstrução de tal percepção do Oriente Médio.

crítica é a sua capacidade de não “reconhecer os limites da disciplina”, mas de envolver extensivamente o estudo da política internacional a partir de diferentes pontos de vista, levando em conta a história, o contexto e a contingência “Afinal, a política contemporânea do globo é examinada em uma ampla gama de campos, incluindo geografia, antropologia, sociologia, estudos culturais e direito internacional” (Zehfuss 2013, 146). A teoria pós-colonial como uma vertente da teoria crítica é ainda mais benéfica na medida em que aborda muitas áreas problemáticas, como as relativas à identidade, pobreza, subdesenvolvimento, guerras civis e assim por diante, que são ignoradas ou tomadas como certas pela teoria de resolução de problemas. Uma vez que o questionamento da validade do conhecimento produzido pelas teorias de resolução de problemas e como esse conhecimento surgiu está sendo examinado, a teoria crítica tem muito a oferecer aos estudiosos das RI na África para desempacotar suas contribuições.

O pós-colonialismo “analisa e desafia as complexas relações de poder entre o que é chamado de Norte (ou Oeste/Ocidente) e Sul” (Zehfuss 2013, 156). Além da aparente posição marginal da África, que torna tal perspectiva atraente, a necessidade de expor todas as formas e disfarces de insubordinação, exploração e marginalização torna tudo ainda mais relevante. “Os escritos pós-coloniais, trabalhando na junção de uma consciência aguçada dessa incompatibilidade empírica, por um lado, e com uma receptividade à virada linguística e aos *insights* pós-estruturalistas, por outro, foram especialmente abertos à ideia de que os conhecimentos podem servir para constituir os mundos que eles supostamente ‘representam’, ‘espelham’, ‘apresentam’ ou ‘retratam’” (Seth 2011, 181). A esse respeito, as obras de Fanon servem como exemplares de onde fazer extrações. Segundo Muppidi, (2009, 150) “se as Relações Internacionais são uma ‘ciência social estadunidense’, então Fanon fornece um ‘locus de enunciação’ particularmente diferente para a política internacional”. O “locus [de Fanon] fala para e pela maioria global, os ‘miseráveis da Terra’, que são rotineiramente, e muitas vezes rudemente, convocados para o conhecimento da política internacional por meio dos termos provinciais”. Muppidi (2009, 150) prossegue que a contribuição distintiva de Fanon, que é “falar significa estar em posição de usar uma certa sintaxe, para compreender a morfologia desta ou daquela linguagem, mas significa acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”, traz para a imaginação colonizadora o peso das múltiplas formas de ser humano. É evidente que a teoria pós-colonial não é apenas uma alternativa às principais teorias de RI, incluindo Realismo, Liberalismo e Marxismo, mas muito mais nativa da África do que as teorias de dependência importadas para o continente na década de 1970.

## Conclusão

Neste artigo, examinei o lugar da África na historiografia das RI. Defendo, em particular, que a África apenas imitou os estudos do “exterior”, particularmente os Estados Unidos, em como eles fazem RI. Enquanto o desafio às RI como uma ciência social estadunidense fornece uma via para se envolver mais amplamente nas discussões sobre o desenvolvimento da disciplina em RI, busco oferecer caminhos pelos quais isso pode ser feito. Em particular, faço referência à História e ao uso de eventos históricos e tópicos africanos como sendo locais de dados brutos que poderiam aumentar a capacidade de desenvolver teorias de RI orientadas para a África, como sua contribuição para a disciplina. Argumento ainda que a teoria pós-colonial usada na análise da questão do colonialismo e subordinação do Terceiro Mundo fornece um bom exemplo de como fazer tal contribuição.

De forma geral, uma das principais conclusões deste trabalho para a revisão das narrativas historiográficas das RI é que as RI alcançaram alguma medida de avanços acadêmicos e padrões, em que diferentes teorias exploram seu significado e interpretação da realidade. Isso é essencial para solidificar a robustez e o status das RI como uma disciplina autônoma dentro da ciência social. É crucial levar investigações e tentativas de entender a historiografia das RI seriamente, pois, embora as RI possam ter adquirido um status disciplinar autônomo, sua história é incompreensível sem levar em devida consideração os interesses e relações de poder que informaram como sua história apresentou-se. Também ajudará em saber como o conhecimento subsequentemente produzido ao longo dos anos moldou nosso mundo de uma maneira particular. Não podemos contribuir para a mudança do mundo sem nos engajarmos com essas perspectivas dominantes em detalhes. Curiosamente, os interesses e pesquisas na historiografia de RI têm florescido desde a década de 1990, sugerindo que há mais a ser descompactado e explicado em RI.

Por último, as RI têm se desenvolvido muito como uma disciplina autônoma, mas ela ainda é capaz de utilizar uma abordagem eclética para entender o mundo. Isto é ao mesmo tempo benéfico e desvantajoso. Quando essas ideias e conhecimentos externos expõem as realidades sociais de maneiras que aprimoram nossa compreensão, somos capazes de praticar melhor as RI teoricamente e em termos de políticas. No entanto, quando existe uma politização excessiva do conhecimento e o conhecimento serve a interesses privados, talvez comerciais, isto canaliza a disciplina na direção errada, às vezes excluindo oportunidades de alternativas. O desafio é que sempre é difícil distinguir a diferença entre um e outro em um mundo no qual os

acadêmicos estão sujeitos a influências institucionais, políticas e financeiras. No entanto, podemos pelo menos ser otimistas de que pode haver uma revisão de perspectivas e, uma vez que a história de um campo como as RI ou a pesquisa atual não é um exercício para chegar a um consenso, haverá alternativas e diferenças. As alternativas mostrariam, então, o que poderia ser feito melhor, mesmo quando também sabemos o que estamos fazendo agora, e como podemos alcançar uma teoria e um mundo normativos e éticos.

## REFERÊNCIAS

- Akindele, R. A. 2005. "An Institutional Approach to Nigeria's Foreign Policy Formulation and Implementation: A Study of the Role of the Ministry of Foreign Affairs". In: Ogwu, U. Joy (Ed.), *New Horizons for Nigeria in World Affairs*. Lagos: NIIA.
- Aluko, Olajide. 1987. "The Study of International Relations in Nigeria", *Millennium Journal of International Studies*, Vol. 16, No. 2.
- Bell, Duncan. 2009. "Writing the World Disciplinary History and Beyond", *International Affairs*, Vol. 85, No. 1.
- Booth, Ken. 1997. "Security and Self: Reflections of a Fallen Realist". In: Krause, Keith e Michael C. Williams, *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Londres: University College London, pp.83-119.
- Brown, Chis. 1997. *Understanding International Relations*. Londres: Macmillan.
- Bull, Hedley e Adam Watson. 1984. "Introduction". In: Bull, Hedley and Adam Watson (Eds.), *The Expansion of International Society*. Oxford: Clarendon Press.
- Buzan, Barry & Richard Little. 2000. *International Systems in World History: Remaking the Study of International Relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoffman, Stanley. 1977. "An American Social Science: International Relations", *Daedalus* Vol. 106, No. 3.
- Jinadu, L. Adele. 1987. "The Institutional Development of Political Science in Nigeria: Trends, Problems and Prospects, *International Political Science Review*, Vol. 8. No. 1. pp.59-72.
- Miles Kahler, Miles 1997. "Inventing International Relations: International Relations Theory after 1945". In Doyle, Michael W. e John Ikenberry (Eds.). *New Thinking in International Relations Theory*. Boulder, CO: Westview Press, pp. 20-53.

- Muppidi, Hinadeep. 2009. "Frantz Fanon". In: Edkins, John e Nick Vaughan-Williams, *Frantz Fanon*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Ofuho, Cirino H. 2009. "Africa: Teaching IR Where it's not supposed to be". In: Tickner & Waever, *International Relations Scholarship around the World*. London and New York.
- Olusanya, Gabriel O. e R. A. Akindele. 1986. *Nigeria's External Relations: The First Twenty Five Years*. Lagos e Ibadan: NIIA and University Press Ltd.
- Said, Edward. 1979. *Orientalism*. Nova Iorque: Vantage Book.
- Schmidt, Brian C. 2013. "On the History and Historiography of International Relations". In: Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas e Simmons, Beth A. *Handbook of International Relations*. Los Angeles: SAGE.
- Schoeman, Maxi. 2009. "South Africa: Between History and a Hard Place". In: Tickner & Waever, *International Relations Scholarship around the World*, Londres e Nova Iorque.
- Seth, Sanjay. 2011. "Postcolonial Theory and the Critique of International Relations", *Millennium: Journal of International Studies* Vol. 40, No. 1.
- Smith, Thomas W. 1999. *History and International Relations*. (London & New York: Routledge).
- Thakur, Vineet. 2015. "Africa and the Theoretical Peace in IR", *International Political Sociology*, Vol. 9.
- The Guardian (London). "Education in Africa: Where does the money go?". <https://www.theguardian.com/news/datablog/2011/apr/27/africa-education-spending-aid-data>
- Waever, Ole. 1998. "The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations", *International Organization*, Vol. 52, No. 4.
- Watson, Adam. 1992. *The Evolution of International Society*. London: Routledge.
- Vitalis, Robert. 2005. "Birth of a Discipline". In: Long, David e Brian C. Schmidt (eds.), *Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations*. State University of New York Press. pp. 159-182
- Zehfuss, Maja. 2013. "Critical Theory, Poststructuralism, and Postcolonialism". In: Carlsnaes, Walter; Thomas Risse & Beth A. Simmons (Eds.), *Handbook of International Relations*, Second Edition. Los Angeles: SAGE.

## Entrevista

Ojo, Olusola em 12 de outubro de 2017.

### RESUMO

Este artigo examina o que chamamos de historiografia de Relações Internacionais (RI) da África, uma avaliação da contribuição de acadêmicos africanos para o estudo da história e da disciplina de RI. Faz-se isso com base no mito que cerca a historiografia das RI, o papel bastante limitado das contribuições africanas e um conjunto de critérios retirados dos trabalhos de Schmidt e Bell sobre a escrita das RI. Embora reconheçam as RI de Hoffmann como uma ciência social americana, eles sugerem que a historiografia de um campo deve destacar perspectivas obscuras, pesquisadores que professam conscientemente as RI como sua disciplina e instituições que contribuem para o desenvolvimento da disciplina. Embora estudiosos das RI africanos atendam a alguns desses critérios, incluindo instituições e acadêmicos que se autodeclararam como acadêmicos de RI, a hegemonia americana e seu concorrente europeu cúmplice no campo influenciam muito os escritos acadêmicos africanos e as práticas que adotam no estudo das relações internacionais. Enquanto acadêmicos africanos trazem perspectivas africanas sobre questões globais para descobrir o que eles fazem, eles respondem principalmente a tons teóricos, metodológicos e práticos estabelecidos em outros lugares, alguns até mesmo contrariando essas visões dominantes de teorias “importadas”, sem necessariamente desenvolver filosoficamente fundamentados estudos sobre RI na perspectiva africana. Consequentemente, embora as contribuições africanas para a disciplina e história da RI pareçam marginais, os escritores africanos de RI podem expandir seus impactos explorando a disciplina da História - uma visão que representa a natureza eclética da RI - e basear-se na história e nos eventos africanos para fornecer dados teóricos e filosóficos e *insights* empíricos para o estudo de RI na África. Embora a teoria pós-colonial seja um exemplo de tal reflexão, os estudiosos africanos de relações internacionais farão contribuições significativas para o campo por meio da introspecção, em vez de dependerem dos cânones orientados para o Ocidente.

### PALAVRAS-CHAVE

África; Historiografia de RI; Perspectiva africana.

*Recebido em 19 de fevereiro de 2018.*

*Aprovado em 6 de junho de 2018.*

*Traduzido por Artur Holzschuh Frantz.*